

O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização*

Lorenzo Vitral**

Resumo

Este artigo propõe diretrizes teóricas com o intuito de servir como uma metodologia para o diagnóstico de processos de gramaticalização. A análise da frequência de um item, em suas funções lexical e gramatical, tem um papel central nessa metodologia que se serviu do exame do percurso da forma verbal *ter* nos períodos arcaico, moderno e contemporâneo do português.

Palavras-chave: Gramaticalização; História do português; Quantificação; *Ter*; Gramática Gerativa.

1. INTRODUÇÃO

Através da análise do percurso da forma *ter* nos períodos arcaico, moderno e contemporâneo do português, pretende-se, neste trabalho, esboçar diretrizes teóricas que fundamentem o desenvolvimento de uma metodologia quantitativa específica que permita identificar processos de gramaticalização. O artigo está organizado como se segue: Na seção 2, argumentamos a respeito da necessidade de elaboração de uma tal metodologia, já que os procedimentos usuais de identificação dos processos de gramaticalização são dependentes da intuição do falante/pesquisador e nem sempre são aplicáveis a fenômenos para os quais se suspeita estar ocorrendo um processo desse tipo. As diretrizes metodológicas que buscamos estão expostas na seção 3, na qual apresentamos os critérios para seleção do *corpus* compatível com os nossos objetivos e os critérios de natureza sintática, morfofonética, semântica e de frequência que deverão ser utilizados como instrumentos na identificação objetiva de processos de gramatica-

* Quero agradecer a Ilza Ribeiro pelas sugestões e a Sueli Coelho, Bruno Zenóbio Lima e Ronaldo Pereira Caixeta pela ajuda no uso de ferramentas da área de estatística. As imperfeições eventuais são de minha responsabilidade.

** Universidade Federal de Minas Gerais.

lização. Na seção 4, são elaboradas algumas questões que dizem respeito às conseqüências teóricas do nosso trabalho. O encaminhamento dessas questões é discutido na seção 9. Na seção 6, apresentamos alguns comentários acerca da noção de difusão da mudança e sua relação com a perspectiva da gramaticalização. Apon-tamos, na seção 7, os textos que compõem nosso *corpus* e, nas seções 5 e 8, apre-sentamos nossa análise acerca do processo de gramaticalização pelo qual passa o item *ter*. Por fim, na seção 10, é feita a conclusão do nosso trabalho.

2. A DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

A leitura da literatura sobre gramaticalização deixa-nos a convicção de que é necessário desenvolver instrumentos de análise que permitam a identificação objetiva dos processos de gramaticalização. Sua identificação é, normalmente, feita através da comparação de, pelo menos, dois enunciados nos quais um item I, presente nos dois enunciados, está desempenhando uma função de item lexical (de agora em diante, f.Lex) em um deles e uma função de item gramatical (de agora em diante, f.Gra) no outro.

A atuação do item I nas duas funções pode ser encontrada num período espe-cífico de uma língua ou cada função é observada em períodos diferentes. Além disso, descrevem-se alterações de forma e de conteúdo que o item tenha sofrido – o que, aliás, permite o diagnóstico do processo –, levando-se em conta noções oriundas de quadros teóricos variados. Esse procedimento padrão resulta, assim, da observação de propriedades superficiais dos itens e das estruturas onde se encon-tram e é fortemente dependente da intuição lingüística do falante/pesquisador.

Na busca empírica da caracterização dos processos de gramaticalização, res-sente-se, no entanto, da falta de um instrumental metodológico e teórico que identifique a gramaticalização de um item de maneira explícita. Essa conclusão foi derivada das seguintes razões principais:

- 1º As etapas previstas pelo processo de gramaticalização podem não ser “visí-veis”, isto é, podem não se deixar caracterizar, num determinado estágio de uma língua e em relação a um determinado processo de gramaticalização, pelo procedimento padrão mencionado acima;
- 2º Não é sempre claro que aspectos sintáticos, de maneira global, devam ser considerados na identificação desses processos ou, ainda, se a distribuição de um item é evidência para o diagnóstico do seu estatuto lexical ou do seu estatuto gramatical. É necessária, nesse caso, a adoção de um quadro teóri-co explícito que fundamente nossas decisões a esse respeito;

3º O fenômeno da co-ocorrência de um item lexical e seu similar gramatical num determinado estágio da língua coloca-nos questões não triviais acerca da identificação dos processos de gramaticalização que, como veremos, exigirá, em primeiro lugar, como acabamos de afirmar em (2º) acima, a definição explícita do comportamento do item como caracterizador do seu estatuto lexical e do seu estatuto gramatical; e, em segundo lugar, análise quantitativa da ocorrência dos itens, comparando-se, num mesmo período e em períodos diferentes, a frequência dos itens lexicais e de seus similares gramaticais.

As questões acima surgiram a partir da dissertação de Vianna (2000), que discutiu o percurso diacrônico dos verbos modais, ou seja, *poder*, *dever* e *querer*, de acordo com a perspectiva da gramaticalização. No caso desses verbos, não há, de forma produtiva, redução fônica dos itens – com exceção da forma /pó/, redução de /pódɪ/ –, mas, no entanto, suspeitamos de gramaticalização em curso devido à existência, na literatura, de um debate acerca do estatuto desses verbos modais, ou seja, tratar-se-ia de verbos auxiliares ou de verbos lexicais (cf. PONTES, 1973; PERINI, 1977; VITRAL, 1987; LIGHTFOOT, 1979).

Analisando, assim, o percurso dos modais em três períodos da língua, isto é, os períodos arcaico, moderno e contemporâneo, Vianna elabora uma metodologia com vistas a aferir, de forma rigorosa, a existência de um processo de gramaticalização com esses verbos. Exponho a seguir os aspectos centrais que podem ser depreendidos dos procedimentos adotados por Vianna.

3. IDENTIFICANDO PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

A. A escolha dos *corpora*

Em relação aos *corpora*, três diretrizes podem ser apontadas:

- 1) quando possível, optar pela diversidade de gêneros nos textos que compõem cada *corpus* de cada período. A atenção a textos de gêneros diferentes favorece o surgimento de ambientes semânticos diferentes que propiciam a ampliação dos usos dos itens, com significados diferentes, o que, como também exponho, é um dos critérios que mostram estar havendo um processo de gramaticalização;
- 2) idealmente, os textos de cada *corpus* devem ser, ainda que aproximadamente, do mesmo tamanho, isto é, com o mesmo número de palavras. Esse procedimento justifica-se devido ao fato de ser imprescindível, como exponho adiante, a análise da frequência dos itens em relação a certos aspectos

tos semânticos que podem evidenciar a existência de um processo de gramaticalização;

- 3) já que os processos de gramaticalização se efetivam em grandes lapsos de tempo, é desejável que haja a maior distância possível entre o último texto que compõe o *corpus* de um período e o primeiro texto que compõe o *corpus* do período subsequente. Esse cuidado pode facilitar a identificação do processo em análise.

Há a necessidade, ainda, de certos procedimentos a fim de controlar a influência eventual de um gênero de texto, seja pelo seu nível de formalidade seja pelo seu tema, na apreciação dos resultados quantitativos. Não darei detalhes acerca deste último ponto que foi, no entanto, desenvolvido por Vianna (*op. cit.*, p. 117 e seguintes).

B. Critérios de identificação de processos de gramaticalização

Em relação aos critérios que nos permitem a identificação de um processo de gramaticalização, dois conjuntos de critérios, que são interdependentes, são destacados:

1º grupo: (a) os critérios sintáticos; (b) os critérios morfofonéticos; e (c) os critérios semânticos.

2º grupo: os critérios de frequência.

B.1. Os critérios sintáticos; os critérios morfofonéticos; e os critérios semânticos

Por meio dos critérios sintáticos, morfofonéticos e semânticos, é possível caracterizar o comportamento sintático, morfofonético e semântico do item I e, assim, isolar duas funções, ou seja, f.Gra e f.Lex.

B.1.1. Os critérios sintáticos

Esses critérios permitem-nos caracterizar a distribuição sintática do Item I de forma a decidir, assim, se seu emprego o determina como item gramatical ou como item lexical. É necessário lançar mão de uma teoria sintática que nos dê subsídios de análise. No nosso caso, trata-se da Teoria Gerativa (cf. CHOMSKY,1995). É a partir desse quadro teórico que determinamos se a distribuição de um item é evidência para seu estatuto lexical ou gramatical. O que exatamente deverá ser investigado na determinação desse estatuto do item varia de acordo com cada processo de gramaticalização em análise.

Dependendo do fenômeno que está sendo investigado, essa decisão pode ser bastante simples. Por exemplo, no caso do item *ter*, que é analisado abaixo, o simples fato de ser seguido de um SV [participio] foi considerado suficiente para ca-

racterizá-lo como f.Gra. Inversamente, o fato de *ter* aparecer seguido de um SX [-particípio], isto é, um SN, por exemplo, bastou para identificá-lo como f.Lex.

B.1.2. *Os critérios morfofonéticos*

No que concerne a esses critérios, devem-se examinar (i) a redução fônica do item, esperando-se que essa redução seja “visível” quando o item I for empregado como f.Gra; e (ii) a quantidade dos tipos de formas do item. O critério (i) pressupõe, bem entendido, que a redução é um recurso de aferição de gramaticalização, que foi gestada, como se sabe, no interior da literatura sobre esses fenômenos. Também nesse caso necessitamos de uma teoria que embase nossas decisões a esse respeito. As principais questões a serem respondidas em relação a esse critério são as seguintes: (a) como caracterizar explicitamente a redução fônica, isto é, que tipo de mudança sonora é suficiente para afirmarmos que está a caminho um processo de gramaticalização?; e (b) que recursos dos componentes da gramática viabilizam essas reduções? Em Vitral (2002), pode ser consultada uma sugestão de análise para essa questão (b).

Há, contudo, exemplos na literatura da redução ocorrer também com o item quando desempenha uma f.Lex. É o caso, por exemplo, da forma *tá* (redução de *está*) que pode ocorrer enquanto auxiliar ou enquanto verbo lexical (cf. MENDES, 1999). O que pode ser investigado em relação a esse problema é se a frequência da forma reduzida, analisada sua trajetória, é maior, ou ocorre primeiramente, quando usada como f.Gra. Se assim o for, pode-se levantar a hipótese de *analogia*, ou seja, a redução do item enquanto f.Lex se deu por analogia com o item enquanto f.Gra. A dificuldade adicional de comprovação desta hipótese é a questão do acesso aos dados no *tempo real* já que a redução é saliente sobretudo na língua falada.

Em relação ao critério (ii), espera-se que, como f.Gra, o item exiba menor variação de formas. Por exemplo, observou-se, em relação aos modais, analisados por Vianna (*op. cit.*), a diminuição, de maneira gradativa, do número de formas flexionais desses verbos, isto é, comparados os períodos, aumentou sensivelmente o uso desses verbos na terceira pessoa do singular do presente do indicativo.

B.1.3. *Os critérios semânticos*

A respeito dos critérios semânticos, que são, evidentemente, os mais difíceis de apreciação quantitativa, devem-se analisar (i) o número de significados do item que foram utilizados; e (ii) quais significados são caracterizados como lexicais e quais são caracterizados como gramaticais. A distinção entre esses dois significados não é, naturalmente, fácil de ser definida de forma objetiva (no entanto, consultem-se VITRAL; RAMOS, 1999; ALVES, 1998). Na análise do ver-

bo *ter* abaixo, considerou-se que quando este ocorre com SV [particípio] disponibiliza-se a acepção de aspecto que caracteriza o significado gramatical, enquanto que, quando ocorre nos ambientes SV [-particípio], nas construções que indicam posse, ocorre o significado lexical.

Além disso, na literatura sobre gramaticalização, defende-se que, nesses processos, o item que passa por esse processo adquire significado abstrato em detrimento de significado concreto. A dificuldade aqui é caracterizar explicitamente essa distinção de significado (cf. Flaux *et al.*, 1996). Veremos abaixo como essa questão foi tratada na análise sobre *ter*.

B.2. Um problema para a aplicação dos critérios sintáticos e semânticos

A busca da distinção entre as funções f.Lex e f.Gra pode gerar dificuldades adicionais. No caso do verbo *ter* a distribuição sintática e a interpretação das construções em que aparece permitiu-nos essa distinção de maneira inequívoca. Nesse caso, temos *formas distintas*:

- (1) f.Gra: Ele tem comprado bugingangas.
f.Lex: Ele tem um carro novo.

Entretanto, dependendo do fenômeno em análise, deparamo-nos com *formas iguais*. Observemos o exemplo seguinte de um verbo modal:

- (2) Ele pode encontrar a Maria.

A oração em (2) pode ser analisada como uma oração simples – e, nesse caso, teríamos o modal funcionando como auxiliar, o que pode ser definido como f.Gra –; ou como uma oração composta, o que caracterizaria o modal como f.Lex. Podemos também extrair de (2) o significado *epistêmico*, isto é, o de *probabilidade*, que gostaríamos de associar com f.Gra e o significado *agentivo*, ou seja, o de *capacidade*, que caracteriza f.Lex. Colocado em outros termos, haveria a seguinte distribuição das funções f.Gra e f.Lex de acordo os tipos de complementos que exigem:

- (3) f.Lex: modal seguido de [SC] Onde: [SC] = Sintagma Complementizador
f.Gra: modal seguido de [SV] [SV] = Sintagma Verbal

Como se vê, as ocorrências modal [SC] e modal [SV] podem apresentar, superficialmente, *formas iguais*. Veremos na seção seguinte o procedimento metodológico que permite resolver esse problema.

B.3. Os critérios de frequência

A apreciação da frequência de ocorrência do Item I em f. Gra. e do Item I em f. Lex e f. Gra e a comparação dos valores encontrados é, como veremos, o instrumento decisivo que nos permite afirmar estar em curso um processo de gramaticalização. Eles são divididos em quatro procedimentos principais:

B.3.1. *Análise da frequência do item I*

Somando-se, portanto, sua ocorrência em f. Lex e f. Gra – em relação ao número de palavras de cada texto que compõe o *corpus* de cada período e posterior comparação dos valores encontrados nos períodos considerados.

B.3.2. *Análise da frequência do item I em f. Gra em relação ao total de ocorrências do item I – isto é, somados os valores de f. Gra e f. Lex*

Em cada texto que compõe cada *corpus* de cada período e posterior comparação dos valores encontrados nos períodos considerados.

B.3.3. *Análise da frequência do item I em f. Lex em relação ao total de ocorrências de I – isto é, somados os valores de f. Gra e f. Lex*

Em cada texto que compõe cada *corpus* de cada período e posterior comparação dos valores encontrados nos períodos considerados.

B.3.4. *Análise da produtividade do item I em f. Gra, isto é, verificação da frequência de I em f. Gra em relação à frequência de um item gramatical que, sabidamente, desempenha a mesma f. Gra.*

De acordo com os critérios acima, se um item I está passando por um processo de gramaticalização, espera-se, comparando-se os períodos considerados, que (i) a frequência de I aumente (cf. HEINE; REH, 1984); (ii) que a frequência de I em f. Gra também aumente; e (iii) que a frequência de I em f. Lex diminua. Em relação a B.3.4., Vianna cotejou, por exemplo, a frequência da estrutura modal [SV] com a frequência da seqüência *estar* [gerúndio] que é, reconhecidamente, uma locução verbal. O que se obteve é que, comparados os períodos, a frequência de modal [SV] aproximou-se da frequência de *estar* [gerúndio], ou seja, os modais, gradativamente, passaram a ter produtividade comparável a de um auxiliar.

Os procedimentos a serem empregados na análise de *ter*, para aferir os índices de frequência previstos pelos critérios acima, são os seguintes:

- 1º) extrair e contar as ocorrências de *ter* do *corpus*;
- 2º) classificar as ocorrências em f. Gra e f. Lex – nesse último caso, distinguimos, como explico adiante, as ocorrências de *ter* *abstratas e concretas*;

- 3º) levando em conta o número de palavras de cada texto, calcular o percentual global de ocorrência de *ter*;
- 4º) levando em conta o número de ocorrências de *ter*, calcular o percentual de *ter* como f.Gra e como f.Lex;
- 5º) levando em conta o número de ocorrências de f.Lex, calcular o percentual de *ter concreto* e *ter abstrato*.

Podemos agora voltar ao problema apresentado na seção B.2

Quando o fenômeno em análise envolver formas iguais, será preciso examinar a *produtividade do comportamento sintático do item I enquanto caracterizador das funções f.Gra e f.Lex*. Ou seja, através de teoria sintática, determinar-se-á que distribuição sintática evidencia o comportamento do item nas funções f.Gra e f.Lex. e com que frequência esse comportamento ocorre.

No caso dos verbos modais, por exemplo, os aspectos sintáticos considerados foram os seguintes: a) ausência (ou redução) de material interveniente, isto é, vocábulos separando o modal do infinitivo; b) a possibilidade de alçamento de clítico, alojando-se à esquerda do modal na estrutura modal + infinitivo; e c) a impossibilidade de negar o infinitivo separadamente. Esses aspectos sintáticos permitiram distinguir o comportamento dos modais enquanto verbo lexical e enquanto verbo auxiliar. Como dissemos, uma teoria sintática, que, no nosso caso, é a Gramática Gerativa, deve ser empregada de forma a justificar essas decisões. Assim, considerando que, enquanto classificado como auxiliar, o modal toma um sintagma verbal como complemento, (i) não se espera a presença de material interveniente (ou em quantidade muito reduzida; por exemplo, certos advérbios); (ii) prevê-se que o clítico possa alçar devido à ausência de *barreiras* (cf. Chomsky, 1996 para a noção de ‘barriers’); e (iii) o fato de haver uma oração simples não permite a negação independente do verbo que está no infinitivo.

Esperou-se, assim, encontrar, comparados os períodos, (1º) redução de material interveniente; (2º) maior ocorrência de alçamento de clítico; e (3º) redução da negação do verbo que está no infinitivo. Em relação à primeira e à terceira expectativas, fomos correspondidos, mas não em relação à segunda: o alçamento do clítico aumentou considerando-se os períodos arcaico e moderno, contudo, no período contemporâneo, esse fenômeno diminuiu consideravelmente. Esse problema mostra a complexidade da nossa tarefa, já que comparamos dados do português europeu nos dois períodos iniciais com dados do português brasileiro contemporâneo. Uma hipótese para tratar desta questão é que, em lugar de falar de “desgramaticalização”, preferimos cruzar nossos resultados com o fato, documentado na literatura, de haver, no dialeto brasileiro, queda acentuada do uso de clíticos acusativos.

4. QUESTÕES

Os aspectos metodológicos que acabamos de comentar levam-nos a colocar certas questões que exigem aprofundamento:

1º) Os procedimentos metodológicos mencionados são capazes de identificar qualquer processo de gramaticalização? Em outras palavras: é possível elaborar uma metodologia, composta de recursos quantitativos, que nos permita a identificação e descrição dos processos de gramaticalização?

Acreditamos ser desejável que uma metodologia com essas características esteja disponível, permitindo o “diagnóstico” dos processos de gramaticalização de modo objetivo e explícito. A única maneira de responder a essa questão é, então, realizar análise de um processo de gramaticalização de forma a testar o grau de generalidade dos procedimentos propostos. Como exponho na seção seguinte, a trajetória da forma portuguesa *ter*, devido ao fato de ser reconhecida por vários autores como um processo de gramaticalização (cf. MATTOS; SILVA, 1989,1996; RIBEIRO, 1993); Cohen, 1988), é um fenômeno que se presta ao teste de nossa metodologia.

2º) Que concepção de gramática, no sentido chomskyano, e que concepção de mudança lingüística são compatíveis com os resultados obtidos através das análises geradas pela perspectiva da gramaticalização? Ou ainda, a noção de mudança que interessa ao quadro da gramaticalização é a mesma definida no âmbito da Teoria da Variação?

Ora, de acordo com a análise dos verbos modais, há coexistência, facilmente observável no período contemporâneo, de verbos modais sendo categorizados pelos falantes como um tipo de auxiliar e também como um verbo pleno, o que foi analisado como evidência da natureza gradativa da gramaticalização. Mas é preciso se perguntar como analisar esse fenômeno do ponto de vista da gramática interna. Talvez valha a pena tomar a noção de categorização sintática como objeto de reflexão de forma a compatibilizá-la com nossos resultados. Essa reflexão pode também trazer subsídios para a compreensão do debate atual acerca da noção de mudança sintática que, como se sabe, pode ser vista como abrupta ou gradual (cf. KROCH, 1989; KROCH; TAYLOR, 1994; 1997; LIGHTFOOT, 1999; MARTINS, 2002; HALLE, 1998).

5. A FORMA *TER* E A IDENTIFICAÇÃO DE UM PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO

A fim de expor em detalhe a metodologia proposta, analiso o percurso histórico da forma portuguesa *ter* que, como já disse, é descrito como um processo de gramaticalização. Segundo Mattos e Silva (1989), *teer* (e *aver*) era empregado com o traço semântico de posse no português medieval. Trata-se dos seguintes contextos:

- (8) a. *teer* = posse (hoje = possuir)
 Livros que *tiinha* (4.12.9)

Nos contextos acima, *ter* admite objeto direto. E, como os exemplos abaixo o mostram, quando aparece um particípio, ele concorda com o complemento em gênero e número (cf. Cohen, 1988: 45):

- (9) a. Tenho vysto e ouvydos muitos enxempros.
 (séc XV, Leal Conselheiro: 212, *apud* HUBER, 1986)
 b. quando foy luz, *tiinha* ele já andadas duas leguas.
 (séc. XIV, SCC, *apud* NUNES, 1953, p. 154).

De acordo com Cohen (1988, p. 45), no português contemporâneo, “o verbo *ter*, nas formas derivadas de TER + PARTICÍPIO PASSADO, isto é, nas perífrases de perfeito procedentes do modelo latino *habeo scriptas litteras...* converteu-se em verbo auxiliar, passando a ser um mero depositório das categorias de Pessoa/Aspecto do sintagma verbal...”.

O trabalho que pretendo desenvolver é, considerando os períodos arcaico, moderno e contemporâneo do português, refazer a trajetória da forma *ter*, aplicando os critérios que destacamos e os procedimentos de análise decorrentes. O objetivo principal desse trabalho é, como já mencionei, examinar se, de forma consistente, a metodologia desenvolvida consegue caracterizar, como afirmam os autores que trabalharam com o tema, o percurso de *ter* como um processo de gramaticalização.

6. GRAMATICALIZAÇÃO E DIFUSÃO DA MUDANÇA

O exame da expansão do emprego da forma *ter* pode também ser entendido como uma verificação de difusão da mudança que gerou o *ter aspectual* a partir do

ter que indica *posse*. Ora, como vamos mostrar adiante, como já ocorria *ter aspectual* no período arcaico, o que chamamos de “metodologia para a identificação de processos de gramaticalização” pode ser visto então como a análise da difusão dessa mudança. Algumas especificidades da nossa análise, no entanto, devem ser explicitadas. Em primeiro lugar, na mudança em questão, não há concorrência no sentido laboviano, ou seja, a forma nova e a antiga não têm o mesmo valor de verdade e co-ocorrem na língua (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Por essa razão, vamos chamá-la de Inovação Lingüística e não de Mudança Lingüística, que supõe *substituição* de uma forma pela outra – ver, no entanto, a seção 9, na qual se encontram alguns comentários adicionais sobre esse ponto. Em segundo lugar, nossa análise examina a expansão da forma *ter* numa função específica que é a que chamamos de f.Gra e consideramos que, no que concerne à gramaticalização, é com a certeza da difusão que atestamos estar ocorrendo esse tipo de processo, ou seja, só com a difusão atestamos que uma inovação entra na língua e é reconhecida pela gramática. Estamos então de acordo com Hopper e Traugott, quando dizem que: “Methodologically it is certainly preferable to recognize change only when it has spread from the individual to a group...” (HOPPER; TRAUGOTT, *op. cit.*, p. 38)

Isso significa que é a difusão que permite diagnosticar um processo de gramaticalização, sobretudo nos casos em que o procedimento padrão apontado na seção 2 for insuficiente. Falaremos ainda, na seção 9, acerca do papel da gramática no reconhecimento desses processos.

7. OS CORPORA

Atentos às diretrizes que determinam a escolha do *corpus*, selecionamos os textos listados abaixo. Como vimos, é necessário que haja variação dos gêneros dos textos para que seja disponibilizado o maior número possível de ambientes semânticos. Ora, dependendo do fenômeno em análise – o que não parece ser o caso de *ter* – o uso de um único gênero pode gerar um ambiente propício para o aparecimento, em número elevado, do item em análise com uma aceção específica, o que camuflaria os resultados.

O número de palavras de cada texto foi também aproximadamente o mesmo. Embora não tenha influência em relação à aplicação dos critérios de frequência 1, já que vamos extrair um índice que indica o percentual de ocorrência de um item, esse procedimento evita que, caso comparássemos textos de tamanhos muito díspares, obtivéssemos também aqui o favorecimento da ocorrência do item em análise num dado contexto semântico.

Utilizamos a separação dos textos por período, de acordo com a literatura consultada (Mattos; Silva, 1989), isto é, os períodos arcaico (séculos XIV ao XVI), moderno (XVII e XVIII) e contemporâneo (séculos XX e XXI). Desta maneira, obteve-se, entre cada período, as distâncias em relação ao tempo de 252 anos entre os períodos arcaico e moderno e de 189 anos entre o moderno e o contemporâneo. A maior separação entre o último texto de um período e o primeiro do período subsequente é salutar já que, caso esteja havendo um processo de gramaticalização, permite-nos observar de forma mais discreta e, portanto, consistente, as mudanças sintáticas, fônicas e semânticas pelas quais o item em análise está passando.

Considerou-se, por outro lado, sem discussão, que há uma continuidade em vários níveis entre o português europeu e o brasileiro, o que é suficiente para tomarmos como válidas as comparações entre os períodos. Vejamos agora os textos selecionados:

Período Arcaico				
Texto	Descrição	Datação	N. de palavras	Abrev.
Livro de Linhagens, (MATTOSO, 1983)	Trecho do livro de Linhagens	Meados do séc. XIV	6.907	LN
Conselhos de Duarte (DIAS, 1982)	Cartas de D. Pedro e do Conde de Arraiolos	1426 a 1434	9.438	DD
Crônica de D. João (LOPES. In: COHEN, 1999)	Trecho da Crônica do rei Dom João	1437/1450	9.746	DJ
Vereações do Funchal (DA COSTA. In: CEHA, 1994)	Atas da Câmara de vereadores da cidade de Funchal, Portugal	1485 e 1486	7.902	VR

Período Moderno				
Texto	Descrição	Datação	N. de palavras	Abrev.
Aves ilustradas	Texto moral e fábulas para	1738	10.967	AV
Documentos de Barra Longa (COHEN, <i>et al.</i> , 1998)	Documentos cartoriais	1736-1786	6.942	BL
Antonil (ANTONIL. In: CEHA, 1994)	Tratado sobre como conduzir um engenho de cana no Brasil	1711	10.378	NA
Garção, Obras completas (SARAIVA, 1982; págs.)	Literário	1757	8.505	GR

Período Contemporâneo				
Texto	Descrição	Datação	N. de palavras	Abrev.
Sarapalha (ROSA, 1946)	Literário	1946	6.167	AS
A relativização de verdade em Heródoto (MORELO, 2000)	Dissertação de mestrado com citações	200 mas da 2ª metade do século XX	10.734	HR
Bulas de remédio (NELFE, 1994)	Bulas de remédios Tylenol, Gardenal, Dienpaz, Nisulide, Voltaren	de 1990 a 1994	6.631	BU
Hoje em Dia, Jornal Hoje em Dia	Matérias e crônicas sobre futebol e política	de 2 a 4 de abril	10.000	HD

8. A GRAMATICALIZAÇÃO DE *TER*

8.1 Na análise de *ter*, trata-se, como vimos, de formas diferentes, isto é, temos a seqüência *ter*[SN], considerada f.Lex, e seqüência *ter* [SV (particípio)], que caracteriza f.Gra. O significado “posse” da primeira seqüência foi associado a f.Lex e o significado “aspectual” foi identificado como f.Gra:

(10) f.Gra: Ele tem comprado bugingangas.

f.Lex: Ele tem um carro novo

Não há, nesse caso, redução fônica que distinga as duas funções. Um outro procedimento de aplicação dos critérios morfofonéticos é investigar se teria havido redução da quantidade de tipos de formas. Como dissemos, no caso dos verbos modais, constatou-se, comparados os períodos, maior frequência do uso dos modais na terceira pessoa do singular do indicativo. Essa simplificação de tipos de formas é compatível com a existência de um processo de gramaticalização em curso. Deixamos de lado, no entanto, para o verbo *ter*, a averiguação desse aspecto.

Em relação à aplicação dos critérios semânticos, optamos por examinar ainda, no interior do uso de *ter* como f.Lex, a frequência desse item com significado “concreto” e significado “abstrato”. O interesse dessa distinção está associado à possibilidade de poder ser usado como um critério, senão o único em alguns casos, de captar um processo de gramaticalização em seu início. Diferenciar essas duas acepções é, evidentemente, uma tarefa difícil. Na tradição, toma-se como ponto de partida a idéia de que um item interpretado como concreto está associado a um conceito cujo referente pode ser captado pelos sentidos, ou seja, audição, visão etc; enquanto que no caso do item abstrato essa possibilidade não

existe, ou seja, o conceito ao qual esse item está ligado não dispõe de um referente captado pelos sentidos. No debate atual sobre essa questão, discute-se, no entanto, que é o contexto de uso que determina a interpretação concreta ou abstrata de um item, isto é, haveria, pelo menos, contextos em que itens supostamente concretos poderiam ser vistos como abstratos (cf. FLAUX *et al.* (*op. cit.*)). Uma outra possibilidade é levar em conta a noção de *extensão*. Em sua análise sobre as formas *você/cê* como índices de indeterminação do sujeito, Alves (1998) considerou que o significado concreto dessas formas ocorre quando são interpretadas como 2ª pessoa do singular e, quando interpretadas como sujeito indeterminado, podendo, assim, ser 1ª, 2ª ou 3ª pessoas, tem-se o significado abstrato, já que a extensão aumenta.

Na nossa análise sobre *ter*, evitamos, contudo qualquer debate acerca dos fundamentos dessa distinção e optamos por classificar como uso concreto, consultando-se um dicionário de etimologia, aquele que representasse a acepção semântica inicial do item. Esse critério se justifica na medida em que se considera, na literatura sobre gramaticalização, que, por meio de um processo cognitivo metafórico, os usos concretos dão origem a novos usos abstratos na medida em que o processo avança. Pode haver discordância na classificação dos usos abstratos que propomos, mas o que é relevante, tendo em vista os nossos objetivos, é, inicialmente, a distinção entre os dois universos, isto é, o uso concreto e o uso abstrato e, em seguida, atestar o incremento do segundo em relação ao primeiro. Obtivemos assim a seguinte classificação que ilustra, de uma só vez, as ocorrências de *ter* como f.Lex:

f.Lex

A) Acepção Concreta: “possuir” (posse alienável ou inalienável)

Período Arcaico:

1. com nouas e melhores vestiduras que cada huum tinha,...(DJ)

Período Moderno:

2. Muitos vendem as terras que têm, cansadas ou faltas de lenha... (AN)

Período Contemporâneo:

3. mesmo tendo, como tem, aquelas suas terras tão boas,...(SA)

B) Acepção Abstrata: “possuir abstrato”

“apresentar”

“dispor”

“considerar” ou “ter em consideração”

“ter em vista” ou “ter em perspectiva”

“ter firme que” ou “ter forte que”

“existencial”

“estar”

“possuir abstrato”

Período Arcaico:

4. por obedecer a uoso mandado varlauenteando contra aquestes embargos e contra ocupação doutros grandes cuydados que de presente tenho. (DD)

Período Moderno:

5. havendo tanto em que falar no preciso, tem desculpa a religiosa em falar o escusado... (AV)

Período Contemporâneo:

6. e pelas leis adotadas nas diferentes sociedades que teve a oportunidade de conhecer. (HR)

“apresentar”

Período Arcaico:

7. Parece me senhor que a Justiça tem duas partes. hua he dar a cada hu o que he seu, e a outra dar lho sem delonga. (DD)

Período Moderno:

8. Não só pela corte, mas pela cidade; está tragédia, ainda que tem mais fautores, é certamente... (GR)

Período Contemporâneo:

9. Ricardinho concorda que o Cruzeiro não teve boa atuação no primeiro tempo... (HD)

“dispor”

Período Arcaico:

10. e estes dormisem em hu paço que tyuese çelas e comesem Juntamente em hu lugar... (DD)

Período Moderno:

11. Tem mais cada senhor destes necessariamente um mestre de açúcar, um banqueiro e um e, para o espiritual, um sacerdote seu capelão. (AN)

Período Contemporâneo:

12. Heródoto é um viajante, que por longo tempo não teve um território definido,... (HR)

“considerar” ou “ter em consideração”:

Período Arcaico:

13. Outros tiinham que, porque os Mouros som grandes estrologos, que faziam parecença de fantasmas d’homees de cavalo, e nom eram tantos como pareciam. (LI)

Período Moderno:

não encontrado

Período Contemporâneo:

14. Entretanto, tendo em consideração o significado atribuído pelos gregos...

(HR)

“ter em vista” ou “ter em perspectiva”

Período Arcaico:

Não encontrado

Período Moderno:

Não encontrado

Período Contemporâneo:

15. no mundo humano, tendo em vista o seu distanciamento em relação...

(HR)

“ter firme que” ou “ter forte que”

Período Arcaico:

16. e a uos tendes asy forte que a qualquer tempo que por outra parte for britada a querela... (DD)

Período Moderno:

Não encontrado

Período Contemporâneo:

Não encontrado

“existencial”

Período Arcaico:

Não encontrado

Período Moderno:

Não encontrado

Período Contemporâneo:

17. De há muitos anos, dia atrás dia, tem a hora de o perdigueiro dormir...

(SA)

“estar”

Período Arcaico:

18. tal modo quiséramos teer com este... (DJ)

Período Moderno:

19. veio ter comigo esta noite, e me disse porque me não fazia... (AV)

Período Contemporâneo:

Não encontrado

Como se vê, nem todas as acepções de *ter* abstrato foram encontradas em todos os períodos. Essa limitação, inerente, como se sabe, ao uso de *corpora*, pode colocar sob suspeição análises que visam a estabelecer princípios gramati-

cais subjacentes, mas não impede nossas conclusões, baseadas na relevância teórica da comparação das frequências encontradas.

A classificação acima pode, por outro lado, levar em conta que, com exceção das acepções “existencial” e “estar”, todas as outras acepções abstratas podem também ser analisadas como subcasos da acepção “possuir abstrato”. Há ainda outras dificuldades como, por exemplo, em relação à acepção “dispor” que, na realidade, poderia ser subdividida em “dispor concreto” e “dispor abstrato”. Vejam-se os exemplos respectivos:

- (11) poderes pellejar com elles. E pois uos nom teendes villas nem castellos a que vos colhaaes... (DJ)
- (12) previsível porque o projeto que criou o Código tinha o apoio do próprio Governo... (HD)

Optamos, no entanto, por englobar essas ocorrências numa única acepção de “dispor”, como uma das acepções abstratas.

Digno de nota é igualmente a classificação da acepção “existencial” como um caso de f.Lex. Justificaremos essa escolha considerando que esse uso não cria uma categoria gramatical, ou, dito de outra maneira, “existencial” não define uma classe de palavra. Por último, é importante saber que consideramos as ocorrências de *ter* + adjetivo, que é, aliás, como se disse, vista como o “gatilho” da mudança que gerou o uso de *ter* aspectual, como ocorrências da acepção “dispor”:

- (13) Estes dois lugares de *ter* tão aseados, que mais há-de doer um pó neles... (AV)

Vejamos a seguir as ocorrências de *ter* na função f.Gra, nas quais foram analisadas as seguintes ocorrências de *ter*:

f.Gra

C) *ter* “aspectual”

Período Arcaico:

- 20. Partio elRey de Cojmbra como tinha hordenado pera o Porto, que eram dhij dezoito legoas, cidade homde nunca fora... (DJ)

Período Moderno:

- 21. as faltas em que as religiosas tinham caído em aquele dia;... (AV)

Período Contemporâneo:

- 22. Antônio Silva teria conseguido o impossível: manter a popularidade. (HJ)

D) *ter* “modal”Período Arcaico:

23. non tomando a hus por dar a outros nem dando tanto hu dia que per todo o ano non tenha que dar... (DD)

Período Moderno:

24. Todas as vezes que tenho que discorrer na vossa presença. (GR)

Período Contemporâneo:

25. que ter de ouvir as coisas que primo Ribeiro desanda a falar... (SA)

Incluimos o uso de *ter* como modal, equivalente a “dever” no significado de “obrigação”, como um caso de f.Gra. Discutiremos adiante a proposta de os modais serem analisados como uma categoria gramatical distinta.

8.2. Aplicados à totalidade dos dados extraídos do *corpus* os critérios de frequência destacados na seção B.3, obtivemos os seguintes resultados percentuais:

Quadro 1. Os percentuais de ocorrência de *ter*.

% de Ter	% de f.Gra	% de f.Lex	% de fLex/concreto	%de fLex/abstrato
Período Arcaico				
DD 0,67%	6,25%	93,75%	13,33%	86,66%
DJ 0,44%	11,62%	88,37%	39,47%	60,53%
LI 0,20%	0%	100%	0%	100%
VE 0,36%	10,34%	89,65%	50%	50%
Médias do Período Arcaico 0,42%	7,05%	92,94%	25,70%	74,29
Período Moderno				
AV 0,54%	6,67%	93,33%	8,92%	91,07%
NA 0,68%	7,05%	92,95%	34,84%	65,16%
BL 0,33%	47,82%	52,18%	50%	50%
GR 0,43%	51,35%	48,65%	0%	100%
Médias do Período Moderno 0,50%	28,22%	71,52%	23,44%	76,55%
Período Contemporâneo				
BU 0,18%	33,33%	66,67%	0%	100%
HR 0,27%	36,66%	63,34%	0%	100%
HJ 0,73%	39,72%	60,28%	0%	100%
SA 1,31%	47,50%	52,50%	11,90%	88,09%
Médias do Período Contemporâneo 0,62%	39,30	60,70%	2,98%	97,02%

Passemos a comentar os resultados do Quadro 1. Destaco de início que os valores encontrados corroboram a hipótese da gramaticalização de *ter* e também comprovam a adequação de nossa metodologia. Senão vejamos.

A comparação das médias obtidas por período atesta que, com o tempo, houve aumento do emprego da forma *ter*, que passou de 0,42 no período arcaico para 0,50 no período moderno e para 0,62 no contemporâneo. Duas acepções de *ter* como f.Lex, isto é, “existencial” e “ter em vista” ou “ter em perspectiva”, não foram encontradas no período arcaico; enquanto que outras duas, a saber, “estar” e “ter firme que” ou “ter forte que” não ocorreram no contemporâneo. Por sua vez, as acepções “existir”, “ter forte que” ou “ter firme que”, “ter em vista” ou “ter em perspectiva” e “considerar” não foram identificadas no período moderno. O fato de a acepção “existencial” só ser atestada no contemporâneo sugere-nos que esse uso é mais recente na língua e deve ter grande produtividade na modalidade falada. Essa hipótese pode ser comprovada se os dados forem complementados com uma análise de *corpus* dessa modalidade, mas não o faremos aqui. O “gatilho” que pode ter permitido a re-interpretação de *ter* como “existencial” parece ter sido as ocorrências de *ter* na acepção “dispor”. Exemplos como o seguinte, classificado como “dispor”, parece ser, contemporaneamente, descrito como “existencial”:

- (14) Para ter lavradores obrigados ao engenho, é necessário passar-lhes arrendamento das terras em que hão-de plantar... (AN)

Os resultados comentados nesse parágrafo são mais bem visualizados por meio do Gráfico 1.

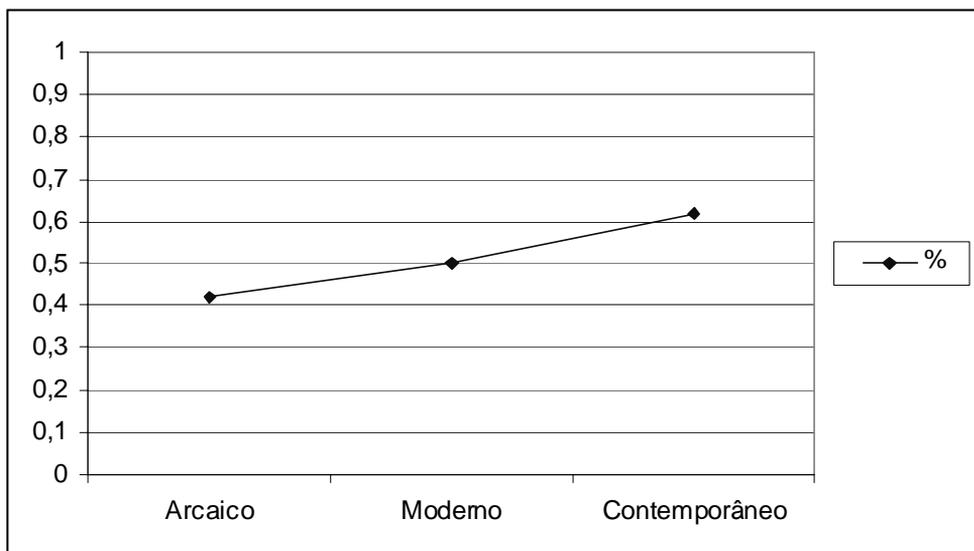


Gráfico 1. Médias da Porcentagem de Ter por período.

Em relação a esses resultados, o que é também pertinente no que concerne aos demais que comentamos abaixo, merece ainda reflexão a relevância teórica dos percentuais encontrados, isto é, qual é o índice de produtividade do item que devemos considerar como significativo em relação aos nossos propósitos? Ora, apenas atestamos que houve aumento do percentual de ocorrências, mas a partir de qual valor esse índice pode ser visto como evidência no sentido da gramaticalização?

Para responder a essa questão, procedemos a uma análise estatística das frequências observadas. Vamos observar a Tabela 1.

Tabela 1. Análise estatística da frequência do verbo *ter*

Período	Frequência observada	Frequência esperada	Valor residual
Arcaico	143	174,6	-31,6
Moderno	184	189,0	-5,0
Contemporâneo	209	172,4	36,6

Levando-se em conta que os *corpora* de cada período têm tamanhos aproximados, foi calculado, estatisticamente, o peso de cada período e fez-se comparação das frequências observadas com as que se esperavam obter caso os *corpora* fossem de tamanhos equivalentes. Assim, tendo em vista a premissa de que em pelo menos um dos períodos seria obtido crescimento significativo, aplicou-se o teste de aderência do Qui-Quadrado.

A análise da Tabela 1 mostra-nos que, no período arcaico, a frequência encontrada foi inferior à frequência esperada, ocorrendo uma diferença residual de -31,6. Já no período moderno, a frequência observada foi muito próxima da esperada, obtendo-se uma diferença residual de -5,0, e, no período contemporâneo, a frequência encontrada superou a esperada com uma diferença residual de 36,6. Aplicando-se o teste de aderência do Qui-Quadrado sobre tais valores, obtém-se um resultado significativo no nível 0,001. Esse resultado significa que, de fato, houve uma diferença significativa entre os períodos, o que atesta, com a segurança de 99%, o crescimento da frequência do item.

Observemos agora os resultados obtidos na segunda coluna do Quadro 1. Como se vê, comparados os períodos, houve aumento da frequência do uso de *ter* como f.Gra, ou seja, de 7,05 no arcaico, passamos a contar com 28,22 no moderno e, finalmente, 39,30 no contemporâneo. Esses resultados, comparados com os da frequência de *ter* como f.Lex, comentados a seguir, são os mais relevantes de nosso trabalho e demonstram, de maneira inequívoca, a hipótese da gramaticalização de *ter*. Digno de nota é o fato de termos encontrado, já no período arcaico, ocorrências, ainda que muito reduzidas, de *ter* f.Gra “aspectual”. Esse resultado parece-nos compatível com a visão gradual de mudança lingüísti-

ca que norteia nosso trabalho. Os resultados desse parágrafo estão dispostos, no Gráfico 2.

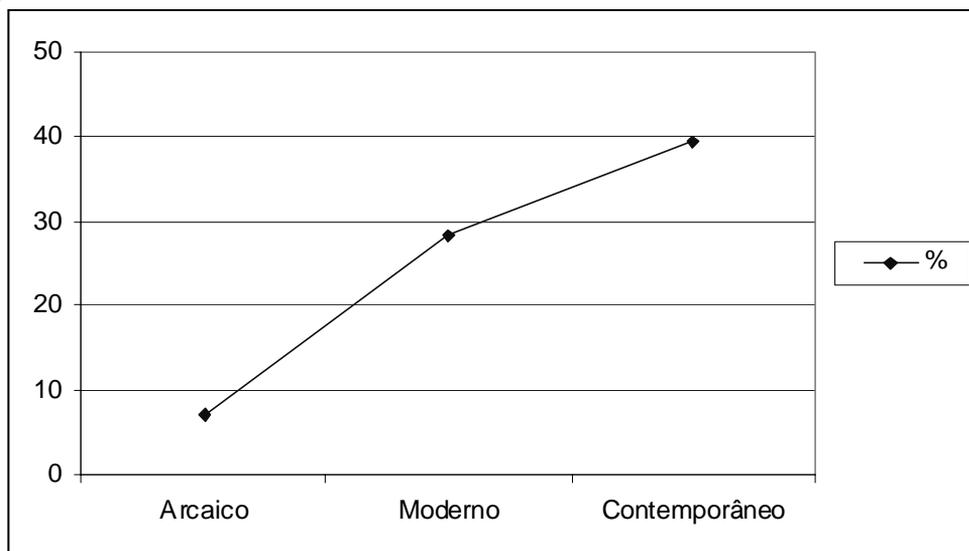


Gráfico 2. Médias da Porcentagem de Ter em F.Gra por Período

A contrapartida dos resultados do Gráfico 2 é, como dissemos, o que se encontra na terceira coluna do Quadro 1, ou seja, a frequência de *ter* como f.Lex. Como esperado, obtivemos o índice de 92,94 no período arcaico, 71,52 no moderno e 60,70 no contemporâneo, o que mostra, assim, a diminuição gradativa desse uso em proveito do uso de *ter* como f.Gra. O Gráfico 3 permite visualizar o que dissemos.

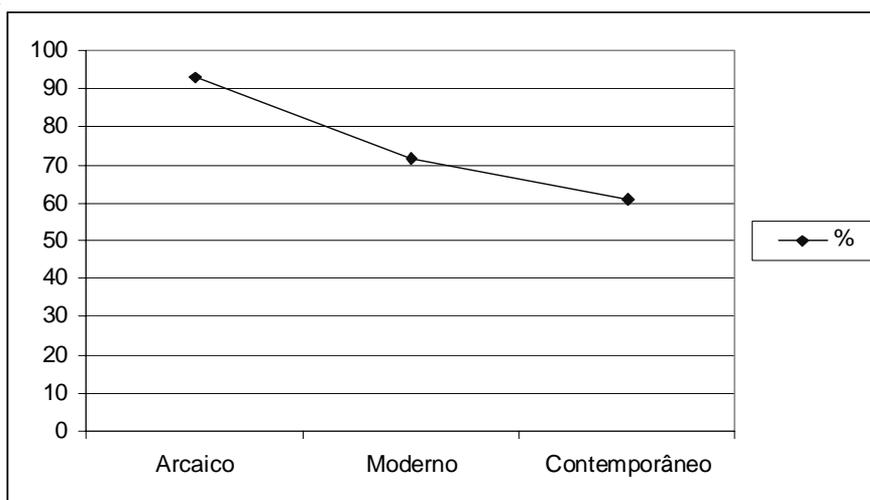


Gráfico 3 terceira coluna. Médias da Porcentagem de Ter em F.Lex por Período

O incremento do uso de *ter f.Lex* abstrato em detrimento do uso de *ter f.Lex* concreto, como mostra a comparação dos resultados dispostos na quarta e quinta colunas do Quadro 1, é também esperado e é uma evidência a mais para nossa hipótese da gramaticalização. Assim, *ter* concreto ocorria em 25,70 % dos casos no período arcaico, em 23,44% dos casos no moderno, e ocorre em 2,97% no *corpus* do contemporâneo pesquisado. *Ter* abstrato, *a contrario*, era empregado em 74,29% das vezes no arcaico, em 76,55% dos casos no moderno, e é empregado em 97,02% no contemporâneo. Os Gráficos 4 e 5 permitem-nos visualizar esses resultados.

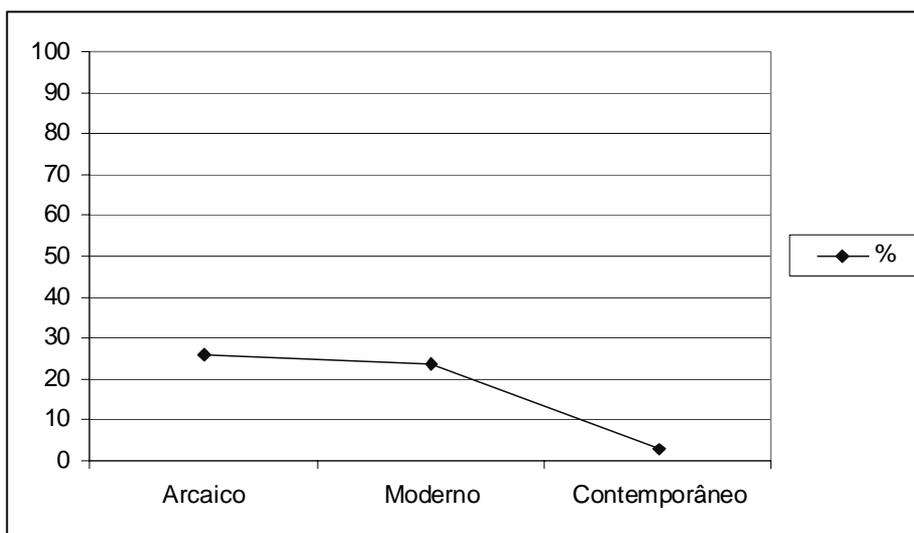


Gráfico 4 quarta coluna. Médias da Porcentagem de Ter em F.Lex/Concreto por período.

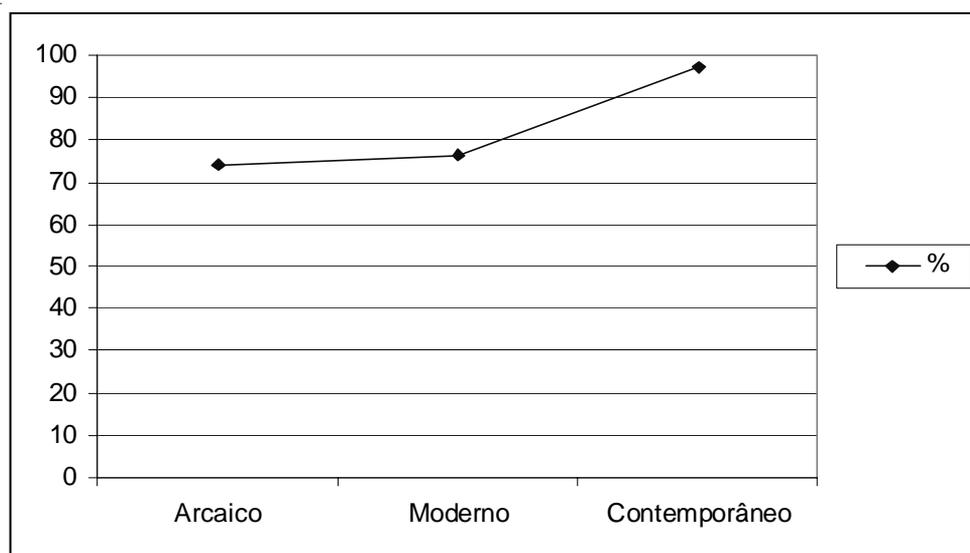


Gráfico 5 quinta coluna. Médias da Porcentagem de Ter em F.Lex/Abstrato por período

9. ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS TEÓRICAS

Retomemos agora as questões colocadas na seção 4.

Os critérios propostos aplicaram-se de forma exemplar no diagnóstico do processo de gramaticalização por que passa a forma *ter*. É de se supor que possam servir como *ponto de partida* para aferir qualquer fenômeno que se suspeite estar envolvido num processo desse tipo. Para cada caso, como dissemos, será preciso decidir que características sintáticas, semânticas e morfofonéticas são relevantes na distinção entre as duas funções. Quando a suspeita de gramaticalização envolver a inovação de uma forma que desempenha f.Gra para outra f.Gra, as dificuldades são ainda maiores. Por exemplo, na investigação de Lima (2006) acerca da trajetória da forma *se* na formação das estruturas de indeterminação do sujeito, pergunta-se que aspectos sintáticos nos permitem afirmar que construções como (16), com verbos intransitivos e sujeito indeterminado, são “mais gramaticais” que construções como (15) na qual se tem uma passiva sintética:

(15) Alugam-se casas.

(16) Viaja-se bem num Mercedes.

As análises sobre esse tema no âmbito da Gramática Gerativa podem ser muito úteis em relação a esse problema. Segundo Nascimento (1984) e Nunes (1990), no caso do *se-apassivador*, *se* absorve o *papel temático* do *argumento externo* e o *caso acusativo*; já em relação ao *se-indeterminador*, essa partícula tem somente a função de indeterminar a *categoria vazia* na posição sujeito e é esta última que recebe o papel temático e o *caso nominativo* reservados ao sujeito. Em resumo, o *se-apassivador* recebe o papel temático de agente, mas isso não ocorre com o *se-indeterminador*. Essa análise pode ser interpretada, com vistas a nossos objetivos, da seguinte maneira: o *se-apassivador* é temático enquanto que o *se-indeterminador* pode ser visto como um elemento expletivo. Ora, essa conclusão fundamenta nossa suspeita de que este último é mais gramatical que o primeiro.

Esse uso instrumental da teoria gerativa envolve certos riscos aos quais convém ficar atentos. Essa teoria, com seu objeto de estudo, seu programa de pesquisa e sua visão popperiana do progresso científico, não é, evidentemente estagnante, isto é, a análise utilizada acima pode ser revista ou abandonada por razões internas, empíricas ou teóricas, oriundas do próprio desenvolvimento do programa de pesquisa gerativista. O uso instrumental dessa teoria pode assim ficar “amarrado” ao acompanhamento de suas reformulações, o que exigirá, portanto, escolha de uma versão de análise para o fenômeno de gramaticalização do qual se ocupa. O lado positivo dessa questão é que pode favorecer a estabelecer o conheci-

mento empírico adquirido no quadro gerativista, independentemente de suas reformulações baseadas em necessidades internas da teoria ou mesmo externas a ela.

A segunda questão da seção 4 diz respeito, em primeiro lugar, à concepção de gramática subjacente à perspectiva da gramaticalização e, em segundo lugar, à noção de mudança lingüística que interessa a essa perspectiva.

O primeiro ponto coloca-nos, na realidade, em medida de discutir a possibilidade de uma visão formalista dos fenômenos de gramaticalização. Como já dissemos em outros trabalhos (cf. Vitral & Ramos, 2005), numa visão formalista, serão de interesse os processos de gramaticalização que envolvem a re-categorização do item de categoria lexical para categoria gramatical (ou funcional, nos termos gerativistas). Importa, portanto, estabelecer o rol de categorias dos dois tipos e a interdependência entre elas. Vamos considerar então os dois grupos de categorias abaixo:

- (17) Categorias Lexicais: Nome (N), Adjetivo (A), Verbo (V), Preposição (P) e Advérbio (ADV).
- (18) Categorias Gramaticais: Flexão (F), Determinante (D), Negação (NEG), Auxiliar (AUX) e Complementizador (C).

Haverá, assim, gramaticalização quando puder ser demonstrado que um item I, pertencente a uma das categorias de (17), passa a funcionar como um item de uma das categorias de (18). Foi o caso, como vimos, de *ter*, que passou de V para AUX. Nessa visão, a gramaticalização de I não implica um novo formato da gramática no sentido da gramática interna chomskyana. Ora, a categoria AUX é preexistente em relação à gramaticalização de *ter*: simplesmente, a categoria AUX ganha um novo item para expressá-la. A gramática interna, através de suas operações como Juntar e Mover, responsáveis pela formação dos arranjos sintáticos, produz, apenas, novas saídas, ou seja, *ter*, que dispunha de um SN como complemento passa a dispor, como complemento, de um SV. Na avaliação quantitativa da expansão de *ter*, consideramos ainda que o emprego modal de *ter* é um uso gramatical dessa forma. Essa tomada de posição, que depende de uma discussão mais ampla sobre o estatuto categorial dos modais, não é necessária. Mas, para implementá-la, vamos supor que “modal” é um traço da categoria AUX.

A explicitação da nossa análise deverá contar, além disso, com a especificação, em termos de traços formais, de cada categoria contida em (17) e (18): é através desses traços que as operações da gramática interna (ou sistema computacional) “enxergam” o item e podem alocá-lo num arranjo sintático. Nessa concepção, um falante dispõe, em seu léxico mental, de duas categorizações de um item. Por exemplo, um falante do período contemporâneo tem à sua disposição uma entra-

da lexical de *ter* como V e outra de *ter* como AUX. Assim, embora o percurso de *ter* possa ser visto como um fenômeno de polissemia, na perspectiva sincrônica há de se falar em homonímia em relação às duas entradas desse item.

A análise acima responde, por outro lado, à pergunta a respeito da concepção de mudança que é compatível com os fenômenos de gramaticalização. Como vimos, devido ao fato de co-ocorrerem, num dado período, as categorizações lexical e gramatical de um item mostram que não se observa a concorrência entre formas, com o mesmo valor de verdade, que é o ponto de partida para a mudança lingüística de interesse da teoria da variação. É verdade que, nos fenômenos de gramaticalização, a inovação não envolve o desaparecimento da forma que foi sua fonte, mas isso parece ser fato apenas para os dois primeiros estágios destacados no ciclo abaixo (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1983):

(19) 1º item lexical > 2º item gramatical > 3º clítico > 4º afixo.

Entretanto, a partir do terceiro estágio acima, pode surgir na língua a co-ocorrência de dois itens com forma fonética diferente, mas com o mesmo valor de verdade. É o caso, por exemplo, do pronome *você* e de seu equivalente *cê* que tem sido analisado, desde Vitral (1996), como um item que passa por um processo de cliticização (cf. VITRAL, 2002). Esses itens, quando empregados, por exemplo, como 2ª pessoa do singular, apresentam, portanto, o mesmo valor de verdade e, nesse caso, podem ser vistos como formas concorrentes no sentido da teoria da variação. Concluímos, assim, que a variação lingüística que interessa a esta teoria laboviana é um subcaso ou um estágio das inovações previstas pela noção de gramaticalização.

Por fim, as inovações lingüísticas previstas na perspectiva da gramaticalização devem ser analisadas como graduais. A *expansão* do emprego de um item, comprovada quantitativamente na nossa análise, aliada à nossa visão da natureza do léxico, explicita e viabiliza nossa tomada de posição.

10. CONCLUSÃO

O objetivo central deste artigo foi estabelecer as linhas gerais de uma metodologia específica para o diagnóstico de processos de gramaticalização. Como vimos, a análise da frequência do emprego de um item toma um papel central nessa metodologia e a análise do percurso da forma *ter* se mostrou um teste confiável para os nossos propósitos. Adicionalmente, discutiram-se algumas conseqüências teóricas da análise realizada que visaram a formatar um diálogo, ainda extrema-

mente incipiente, entre a perspectiva da gramaticalização e certos pressupostos da teoria da variação e da teoria gerativa. Há, evidentemente, tudo a fazer em relação a esse último aspecto, mas pretendeu-se mostrar, pelo menos, que há ganhos de compreensão de fenômenos lingüísticos com esse diálogo que podem, num futuro próximo, dar forma a um programa de pesquisa distinto que reúna conquistas desses três campos teóricos.

Abstract

This paper proposes some theoretical guidelines in order to elaborate a methodology for the diagnostic of grammaticalization processes. The analysis of the frequency of an item in its lexical and grammatical functions has a central role in this methodology that examines the trajectory of the form *ter* in the old, modern and contemporary periods of Portuguese.

Key words: Grammaticalization; Portuguese history; Quantification; *Ter*; Generative grammar.

Referências

- AFONSO X, o Sábio. **Cantigas de Santa Maria**: glossário. Edição crítica de Walter Mettemann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1972.
- ALVES, N. Novas formas de indeterminação do sujeito no português brasileiro. Dissertação de mestrado, UFMG, 1998.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **Tense, aspect and modality in the languages of the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CASTILHO, A. A gramaticalização. **Estudos Lingüísticos e Literários**. Salvador, n. 19, p. 25-64, 1997.
- CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), 1994. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/>. ANTONIL. **Cultura e opulência no Brasil na lavra do açúcar**: engenho real moente e corrente (1711).
- CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Foris Publications: Dordrecht, 1981.
- CHOMSKY, N. **Barriers**. Cambridge: The MIT Press, 1996.
- CHOMSKY, N. Some notes on economy of derivation and representation. In: FREIDEN, R. (Ed.). **Principles and parameters in comparative grammar**. Cambridge: The MIT Press, 1991.

- CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. Gramaticalização e reanálise na língua portuguesa. In: GALERY, Laura; FARIAS, Maria Eneida Victor (Org.). **Caligrama**. Revista de estudos românicos. Belo Horizonte, v. 1, p. 43-52, out. 1988.
- COHEN, M. A.; PRADO, S.; SEABRA, M. C. (Org.). BTLH – Dados de Barra Longa, MG. In: **Filologia e Lingüística Portuguesa**, n. 2, São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP, 1998.
- COHEN, Maria Antonieta. **BTLH – banco de textos para pesquisa em lingüística histórica: textos dos séculos XIV ao XX**. Edição eletrônica. Fale/UFMG/CNPq, 1999.
- COSTA, José Pereira da. **Vereações da Câmara Municipal do Funchal Século XV**. Núcleo para Estudo da História do Municipalismo no Mundo Português. In.: CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), 1994. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/>.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e acrescida de um suplemento. 8. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.
- DIAS, João José Alves (Transc.). **Livro dos conselhos de El-rey D. Duarte** (livro da cartuxa). Lisboa: Estampa, 1982.
- FLAUX, N.; GLATIGNY, M.; SAMAIN, D. (Ed.). **Les noms abstraits: histoire et theories**. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1996.
- GARÇÃO, Correia. **Obras completas**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982, v. II. (Prosas e Teatro).
- HALLE, M. Diachronic Syntax. **Syntax**, n. 1, p.1-18, 1998.
- HARRIS, A.; CAMPBELL, L. **Historical syntax in cross-linguistic perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HEINE, B.; HÜNNEMEYER, B.; CLAUDI, U. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, B., REH, M. **Grammaticalization and reanalysis in african languages**. Hamburg: Hemut Buske.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HUBER, J. **Altportugiesiches Elermentrbuch**. Carl Winters Universitätsbuchhandlung: Heidelberg. Trad. port. de M. M. G. Delille. **Gramática do português antigo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- JORNAL HOJE EM DIA. Edições eletrônicas de 2 a 4 de abril de 2000. Disponível em <http://www.hojeemdia.com.br/hojedia.cgi>. Acesso em: 6/4/2000.
- KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. **Language variation and change**, 1, p. 199-244, 1989.
- KROCH, A.; TAYLOR, A. **Remarks on the XV/VX alternation to early middle english**. Ms. University of Pennsylvania, 1994.
- KROCH, A.; TAYLOR, A. Verb movement in old and middle english: Dialect variation and language contact. In: KEMENADE, A. van; VINCENT, N. (Ed.). **Parameters of morphosyntax change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 297-325.

- KURYLOWICZ, J. **The inflectional categories of indo-european**. Heidelberg: Carl Winter, 1964.
- LIGHTFOOT, D. **Principles of diachronic syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1979.
- LIGHTFOOT, D. **The development of language**. Oxford: Blackwell, 1999.
- LIMA, B. Z. **O percurso do pronome reflexivo Se no português como um processo de gramaticalização**. Tese de doutoramento em elaboração, UFMG, 2006.
- MARIA DO CÉU, S. Aves ilustradas em avisos para as religiosas servirem os ofícios dos seus mosteiros. In: FERREIRA, J. P. (Ed.). **Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.
- MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Org.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MARTINS, A. M. **Mudança sintática e história da língua portuguesa**. ACTAS DO ENCONTRO A.A.V.V. Minho, Universidade do Minho, 2002. (Coleção Poliedro)
- MATOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa Da Moeda, 1990.
- MATOS E SILVA, R. V. A variação 'haver'/'ter'. In.: MATOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996. 289p. p. 181-193.
- MATTOSO, José. **Narrativa dos livros de linhagens**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- MATTOSO CAMARA JR., J. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1979.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: **Esquisses Linguistiques**. Munich: Fink, p. 38-54, 1958.
- MEILLET, A.; VENDRYES, J. **Traité de grammaire comparée des langues classiques**. 2. éd. Paris: Lib. Honoré Champion, 1948.
- MENDES, R. **A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1999.
- MORELO, Sonila. **A relativização da verdade em Herótodo**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Fafich/UFMG, Belo Horizonte.
- NASCIMENTO, M. do. **Sur la position du sujet en portugais brésilien**. Tese de doutorado, Université Paris VIII, 1984.
- NELFE (Núcleo de Estudos Lingüísticos da Fala e Escrita). Departamento de Letras da UFPE, 1994. Coordenador Geral: Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi.
- NUNES, J. **O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com Se apassivador e indeterminador**. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1990.
- NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1953.
- PERINI, M. **Gramática do infinitivo português**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- PONTES, E. **Verbos auxiliares em português**. Petrópolis: Vozes, 1973.

- RIBEIRO, I. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- ROMANELLI, R. C. **O supletivismo indo-europeu na morfologia latina**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1975.
- ROSA, Guimarães. Sarapalha, 1946. In: Brazil: news from Brazil. Disponível em: <http://www.brazil-brasil.com/shosep96.htm>.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1966.
- TRAUGOTT, E. Meaning-change in the development of grammatical markers. **Language Science**, 2, p. 44-61, 1980.
- TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- VIANNA, H. L. G. **A estrutura modal + infinitivo em português: gramaticalização e modalização**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- VITRAL, L. **Sobre a complementação infinitiva em português**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.
- VITRAL, L. **Structure de la proposition et syntaxe du mouvement en portugais brésilien**. Thèse de Doctorat nouveau régime, Université Paris VIII, 1992.
- VITRAL, L. A forma cê e a noção de gramaticalização. **Revista de Estudos da Linguagem**, 5, p. 115-124, 1996.
- VITRAL, L. A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. **D.E.L.T.A.**, n. 15, v. 1, p. 57-84, 1999.
- VITRAL, L. Sintaxe formal e gramaticalização: roteiro de uma pesquisa. In: NICOLAU, E. (Org.). **Estudos sobre a estrutura gramatical da linguagem**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2001. p. 59-86.
- VITRAL, L. **Identifying clitics: phonetic evidence**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Artigo inédito)
- VITRAL, L. A interpolação de se e suas conseqüências para a teoria da cliticização. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n. 2, p. 161-197, 2002.
- VITRAL, L.; CIRÍACO, L.; REIS, C. Intensidade e duração de formas reduzidas do português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 143-157, 2004.
- VITRAL, L.; RAMOS, J. Gramaticalização de “você”: um processo de perda de informação semântica? **Filologia e Lingüística Portuguesa**, Humanitas Publicações, São Paulo, v. 3, p. 55-64, 1999.
- VITRAL, L.; RAMOS, J. **Gramaticalização: uma abordagem formal**. A ser publicado pela Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2005.